

Diário de uma Mulher Viajante do Século XIX: a memória perpetuada na palavra escrita.

Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori*

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/IFCH)

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos XVI a XIX, viajar não era privilégio masculino, e muito antes das modernas discussões historiográficas sobre gênero, mulheres viajavam, ora movidas pelo espírito aventureiro, ora empurradas pelo casamento, muitas como damas de companhia, algumas como cortesãs ou mesmo, trazidas à força, seja pela escravidão ou imposição familiar. Dentre as “mulheres viajantes”, mesmo que em grande parte por falta de opção, se não todas, muitas foram as “[...] mulheres que o romantismo do século XIX iria produzir, capazes de escolher a viagem como destino, como opção de vida.”¹ Porém, aquelas que viajaram por imposição, nem sempre aceitaram sem reação às condições que lhes eram impostas durante a viagem ou quando desembarcavam em terras desconhecidas.

A situação das órfãs trazidas para o Brasil nos séculos XVI e XVII exemplifica tal tendência. Trazer mulheres europeias para o Brasil, nesse período, compelia o colono ao matrimônio e contribuía para a construção da sociedade colonial brasileira posto que, a escassa presença de mulheres brancas nos primeiros tempos da colonização, tantas vezes reafirmada pela historiografia, levou a arranjos de colonos com negras e índias, cujas fronteiras passavam longe do casamento sacramentado.²

* Doutoranda pela UNICAMP no curso de História Cultural (IFCH) e mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Pesquisadora CAPES.

¹ (FRANÇA, 2008, p.8).

² - ALGRANTI, L.M. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia. Rio de Janeiro: José Olímpio*, 1993, p. 53.

Da mesma forma, com a escravidão, as inúmeras mulheres africanas que desembarcaram nos portos brasileiros, conforme Mary Karasch (1987), utilizaram de vários subterfúgios para fugir da opressão do trabalho, dos mandos dos senhores e das agressões constantes a seus corpos ou identidades. As resistências, que tiveram início desde a viagem nos navios tumbeiros, tomavam diferentes formas e ações que implicavam em infanticídios, fugas, ou mesmo, assassinatos. Esse olhar, desmistifica a visão Freiriana³ do papel da mulher escrava no Brasil, cuja absorção passiva dos mandos e desmandos, relegava a elas a aceitação da condição de nutriz, parideira, provedora de satisfação fácil, doceira de tabuleiros e tantos outros atributos que retiravam delas a possibilidade de serem reconhecidas como agentes da sua própria história. Robert W. Slenes⁴ em relação à possibilidade de casar e ter casa entre os escravos, baseado no depoimento de viajantes do século XIX, aponta que em algumas fazendas, havia casais que habitavam barracões ou cubículos que eram separados dos espaços destinados aos solteiros e neles às mulheres administravam a vida da família, direcionando, mesmo que em parte, suas trajetórias.

Mesmo assim, apesar dos focos de resistências femininas, as viagens definiram o rumo e a vida de muitas mulheres que vieram para o Brasil e os acordos, as tramas e as negociações feitas com a chegada delas corroboram com o modelo social brasileiro previsto pela metrópole portuguesa. Era mais comum que, ao desembarcarem no Brasil, elas passassem a seguir as regras e os modelos sociais impostos pela metrópole, sobretudo, porque havia grande interesse das instituições metropolitanas em moralizar as relações conjugais ou de amancebamento que, da forma como estavam se constituindo, contrariavam o projeto normatizador imposto pela Igreja Católica e regulador determinado pelo Estado⁵.

³ FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: J.O. 1987.

⁴ Slenes aponta que provavelmente algumas das vantagens do casamento para os escravos – e não a menos importante – teriam sido as de ordem emocional e psicológicas: o consolo de uma mão amiga, por exemplo, na luta para enfrentar privações e punições. Slenes R. W. *Na Senzala uma Flor* Campinas, S.P.: UNICAMP, 2011

⁵ ALGRANTI (1993, p. 53).

O matrimônio, ainda no século XIX, funcionava, como ação disciplinadora e inseria as mulheres em uma perspectiva de vida cuja percepção do feminino naturalmente permeava o campo das características biológicas que classificavam e determinavam o lugar e o papel que homens e mulheres deveriam assumir na sociedade. Diante dos atributos conformados pela classificação biológica, coube às mulheres o privado, cuidar dos filhos e da casa, e aos homens a vida pública enobrecida pelo trabalho⁶. Pretendia-se, então, uma modelização do núcleo familiar cujos sujeitos alocados em seus lugares adquiridos e reconhecidos assumiam formas de se comportar, vestir, falar, agir ou reagir mediante a aplicação de mecanismos sociais impositivos.⁷ Esperava-se das esposas a fragilidade, a delicadeza, a bondade, a maternidade, a submissão e a subserviência. Não ter filhos, dessa forma, rompia com um dos princípios básicos dessa construção modelar de família impondo às mulheres, em situação de esterilidade, uma refiguração do seu lugar social.

Lidar com a situação da infertilidade implicava em assumir uma realidade que transgredia o modelo social imposto ao indivíduo em relação à necessidade de perpetuação da família. No século XIX, o contexto cultural convertia a maternidade em uma das poucas possibilidades femininas de reconhecimento social. Na impossibilidade de gerar filhos, a adoção, em contrapartida, implicava em revelar, oficialmente, um desvio natural e desvelava mais uma das fraquezas femininas. Trata-se de apontar para o fracasso de uma posição subjetiva que não produz discurso, da qual só se espera que corresponda ao que já está designado no discurso do outro (KEHL, 1998, p.82-83).⁸ Com a infertilidade, aos olhos da sociedade, a mulher sem filhos deixava de ser mãe para ser madrinha, tutora, mãe adotiva ou curadora independente dos sentimentos que nutrisse pela criança, isso implicava na qualificação ou desqualificação da sua identidade e do seu papel social. Fator que nem sempre era aceito de forma tranquila.

⁶⁶ Para Magali Engel, uma das imagens mais fortemente apropriadas, redefinidas e disseminadas pelo século XIX ocidental é aquela que estabelece uma associação profundamente íntima entre a mulher e a natureza, opondo-a ao homem identificado à cultura. Em *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, p.352.

⁷ FOUCAULT, M. *Estética, Sexualidade e Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

⁸ KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

Os sentimentos advindos das situações conflituosas vividas por mulheres em suas realidades e suas resistências concentravam-se na esfera do privado e causavam certos desequilíbrios psíquicos, posto que, as obrigações e submissões dificultavam-lhes autonomia para se construírem como sujeitos e ao mesmo tempo, corroborava com as frustrações femininas em relação a sua forma de ser. Os desequilíbrios advindos pela pressão cotidiana e seus desfechos temperamentais feriam a imagem idealizada do feminino, portanto nem sempre eram compartilhados, relatados, ou registrados pelas mulheres, já que o hábito da escrita, ou de registro pessoais produzidos por elas não eram comuns, fosse pela falta de escolarização, de decoro ou formação.

Apesar dos relatos pessoais e de viagens ou diários serem produzidos, em grande parte, por homens (pelo menos até a segunda metade do século XVIII), e ser produto de escritura individual, mesmo que na clandestinidade, alguns tipos de registros femininos aconteciam. Os diários pessoais tornam-se um deles e assumem o papel do outro com quem se dialoga às escuras de forma disfarçada e discreta. Mulheres ávidas pela escrita suprem, graças aos diários pessoais e livros de memórias, sua necessidade e desejo de escrever, algumas, por sorte, até tiveram suas escrituras publicadas pelos familiares após a morte. Corbin⁹, aponta que diários eram inimigos da vida conjugal, explica-se dessa forma o controle em relação a esse hábito.

Na perspectiva da História Cultural, esses registros em forma de relatos, diários pessoais ou memórias constituem-se como gêneros discursivos que – apesar de sua diversidade – revelam aspectos do cotidiano feminino, dessa forma, os recentes estudos que se debruçam sobre escritos produzidos por mulheres viajantes, principalmente em relação àquelas que aliaram aos babados dos vestidos e seus modos delicados à vivência a bordo de navios, a gestão dos bens dos maridos e intimidades do casamento¹⁰, demonstram a riqueza dessas fontes para a compreensão da intimidade das mulheres que se arriscavam no campo da escrita.

⁹ CORBIN, A in: PERROT, M. (Org.) *A História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. (Coleção A História da Vida Privada, v.4) São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

¹⁰ Contrariando as afirmativas da historiografia tradicional, que negava a participação feminina no controle das fazendas paulistas no XIX, Marina Maluf, em *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

Importa sublinhar, também, a existência de fontes que apontam para a ação efetiva e participativa de mulheres em setores diversificados da sociedade e que transgrediram as fronteiras disciplinares e registraram formas pessoais e individuais de ver o mundo traduzindo-o pela escrita intimista feminina. Esses escritos são bastante significativos para perceber e representar aspectos da vida social, emergentes das trajetórias de vida de pessoas cuja memória parece perpetuada na palavra escrita.

Feitas essas considerações iniciais sobre alguns aspectos da escrita feminina, vejamos agora como elas podem nos auxiliar na análise do Diário onde D. Maria do Carmo de Mello Rego, mulher viajante do século XIX.¹¹ Personagem que foi expedicionária, mãe adotiva e escritora cujo diário pessoal carrega de forma intimista e sentimental a trajetória assumida por uma mulher em particular, que transgride o modelo imposto pela sociedade na época ao viajar por territórios brasileiros com expedições científicas masculinas em busca de conhecimento; ao registrar sua impossibilidade de ser mãe, adotar uma criança índia; assumir socialmente a criança como filho legítimo e deixar relatada sua vida como forma de perpetuar a existência do filho índio adotivo que, por infortúnio, morre num curto espaço de tempo. Os relatos dessa personagem trazem elementos que lançam luz sobre questões fundamentais para ampliar a sutileza historiográfica no tocante a forma como se pensava a questão racial no século XIX, o papel (papéis) da mulher na sociedade, e o pensamento europeu, sobretudo, em relação às tribos indígenas.

D. Maria do Carmo de Mello Rego.

D. Maria do Carmo de Mello Rego, (1840) era do Uruguai, esposa do presidente da província do Mato Grosso, o general Francisco Raphael de Mello Rego, veio para o Brasil e viveu no Mato Grosso de 1888-1889 e, posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro. Nesse caminhar, devido à sua posição social, teve contato com pessoas influentes dos meios científicos, literários, artísticos e oficiais e esses contatos

¹¹ Revista do Centro Mattogrossense de Letras, em 1928, intitulado “Dados para a bibliografia matogrossense”, D. Maria do Carmo teria nascido no departamento de Cerro-Largo, Uruguai, provavelmente no ano de 1840, contando portanto 48 anos quando da adoção do menino Bororo. Ver Yasmin Jamil Nadaf, “A escrita de Maria do Carmo de Mello Rego, no século XIX”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 145, 1997, p. 101-105.

permitiram a ela participar das expedições pelo interior do Mato Grosso em companhia do naturalista Dr. Karl Von den Steinen com uma equipe de cientistas alemães que vieram para o Brasil a fim de desenvolver uma perspectiva científica “antropológica de salvamento”.¹²Sob a influência deles, e pelo afeto que desenvolveu pelo filho índio adotivo, passou a interessar-se pelas culturas indígenas e a colecionar artefatos que permitiram a ela compreender e entrar em contato com um “mundo novo”.

Todas essas questões vêm à tona por meio de uma situação específica vivenciada pela memorialista, à adoção e a morte do menino índio Bororo, de sete anos, que viveu com a família de Maria do Carmo de Mello Rego, entre 1888 e 1892, sendo importante lembrar, desde já, que adoção de crianças índias não era incomum no período, porém essa adoção envolveu circunstâncias bastante particulares¹³, com idade avançada e sem filhos, adotar a criança índia como filho legítimo, em princípio, foi uma escolha de D. Maria do Carmo devido à sua condição e posição social na província de Mato Grosso, como explicita nas páginas de suas memórias.

[...] um dia, meu marido presidente da província, trouxe o capitão Antônio José Duarte, pacificador da tribo dos Bororos, uma turma de índios para serem baptisados, e delles fomos padrinhos [...] A um desses caciques, chamado no idioma indigena *Boroiaga* e a quem coube o nome de Raphael, pedi, já por intervenção do interprete, já auxiliada por um vocabulário que me fora offerecido pelo capitão Duarte, que, uma vez na aldeia, de lá me mandasse um indiosinho orphão de pais, mas com cabelo comprido. (Rego, 1895, p.9-10)

O tempo e a convivência com o menino índio passaram a ser o elemento de maior realização, felicidade e descoberta da memorialista. “Foi o dia 29 de julho o escolhido para o baptismo do pequeno índio, chamado na sua tribo de *Piududo* (beija-flor) e que recebeu o de Guido, por ser um dos santos do dia em que chegou.” (Rego, 1895, p.11).

¹² D. Maria do Carmo, em seu diário aponta que teve a oportunidade de integrar algumas das expedições da “Comissão Alemã” de naturalistas e etnólogos que buscavam coletar peças de comunidades indígenas que tendiam a desaparecer ou mesmo que já haviam desaparecido. Das viagens e expedições surgiram relatos escritos por ela. Na expedição a São Luís de Cárceres, por exemplo, a autora conta com a presença do Dr. Meyer, etnógrafo alemão e companheiro do Dr. Von den Steinen, suas impressões e descobertas tornaram-se, posteriormente, em uma pequena notícia científica. Nela D. Maria do Carmo esclarece como foram obtidas as cerâmicas indígenas do Mato Grosso.

¹³ Conforme Oliveira, além de sua alta posição social, D. Maria do Carmo e seu marido relacionaram-se com o menino Bororo como se fosse um filho verdadeiro. (2007, p.77)

Com a convivência a criança índia revela suas habilidades para as artes e, com o incentivo da família que o acolhe, passa a produzir desenhos e pinturas extremamente originais, contrariando todos os preceitos e modelizações civilizatórias que exibiam os indígenas como portadores naturais de “indianidade”, de caráter indolente e moral vingativa. Zoladz¹⁴, ao examinar as aquarelas de todos os desenhos que Guido produziu constata o virtuosismo de suas obras e a misteriosa dotação artística que tanto encantou D. Maria do Carmo.

O talento do menino índio transformou-se, então, na possibilidade de romper com as concepções científicas difundidas na Europa do século XIX, cuja ideia de raça apresentava a clara inadequação de indígenas à civilização devido ao natural atraso cognitivo ou moral duvidosa presentes em sua constituição biológica, ou mesmo em relação ao determinismo evolucionista brasileiro, da segunda metade do século XIX, que afirmava ser a inadequação e impossibilidade de adaptação de indígenas ao convívio com os não indígenas fruto de fatores biológicos e climáticos.¹⁵ As expectativas de D. Maria do Carmo em relação ao menino, mesmo diante das críticas e contrições sociais e científicas, mantiveram-se firmes e pretendiam fazer da criança índia um “homem capaz de todas as virtudes” (p.18) A ironia desse enredo está na própria morte do menino desvelando o fracasso na tentativa de inserção de um indígena no chamado mundo civilizado implicando na validação das concepções científicas da época.

Este é mais um dos temas conflitantes que aparecem nos escritos de D. Maria do Carmo que se mostra repleto de sentimentos intensos de compreensão e entendimento de si e do outro: “Nesse encontro dialógico de duas culturas elas não se fundem nem se confundem; cada uma mantém a sua unidade e a sua integridade aberta, mas elas se enriquecem mutuamente”. (BAKHTIN, 2011, p.366). Da mesma maneira tornam-se pano de fundo para a compreensão de aspectos importantes da vida cotidiana, das questões raciais, da cultura e dos conflitos que envolviam o universo feminino no século

¹⁴ Rosza W. Vel Zoladz, em *O Ipressionismo de Guido, um menino índio Bororo*. Rio de Janeiro: Santa Ursula, 1990.

¹⁵ SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

XIX, posto que a adoção não foi apenas uma instituição muito conhecida da sociedade brasileira, mas também um instrumento importante para a análise sociológica.¹⁶

O relato e as memórias que se deseja colocar no centro das reflexões deste artigo permitem, portanto, realçar, tanto as mediações socioculturais estabelecidas entre os indivíduos que conviveram em um mesmo espaço e tempo, porém com realidades e contextos sociais distintos e distantes, como ensinou Bakhtin, quanto o que Paul Ricoeur (2008, p.17) denomina “dever de memória” ou de “justa memória”, o que pode ser entendido como um dever de fazer justiça à vítima, com a qual se contrai uma dívida que deve ser saldada. D. Maria do Carmo que aponta serem,

[...] as páginas desse livrinho um tributo de affecto á memória de uma criança que tanto, tanto se affeioou e a quem tanto me devotei. Mas, o que lhe ei de dizer? Como contar todas as minudencias da existência embora tão curta d’aquelle pequeno índio, interessantissimas entretanto para mim, que percebi todas as impressões mais intimas daquella alma ingênuo, espontânea e para, daquella inteligência fóra do commum, daquela criança selvagem que aceitava tudo que era bom com religião e até com exagero fervor. (REGO, 1895, p.30)

É na tentativa de reconciliação com o passado, por meio do perdão, que Maria do Carmo lança uma súplica, como se buscasse fazer justiça ao menino índio e sua redenção sobrepondo narrativa histórica e ficção literária quando explicita seus sentimentos: “Se eu houvesse imaginado que ia trazer-te para me morreres, teria sido brutal para comigo mesma, ter-te-ia deixado lá – na tua terra natal!” (REGO, 1895, p.14). A busca pelo perdão, pela redenção ou mesmo pela preservação da memória da criança índia, necessidade latente no íntimo da autora, evidencia-se a partir do momento em que o contato estabelecido com as tribos indígenas Bororo em suas viagens permitiram à memorialista ter acesso e colecionar um conjunto riquíssimo de peças e artefatos produzidos pelas tribos visitadas, as quais, após sua morte, foram doadas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro com uma exigência, que fossem expostos em uma sala específica cujo nome seria: “Sala Guido”.

¹⁶ Para Oliveira a adoção permeava um conjunto de operações sociais pelas quais uma pessoa vem a ser incorporada em outro grupo social que não aquele ao qual pertence em virtude de seu nascimento. Refere-se assim aos procedimentos pelos quais uma pessoa pode ser realocada de uma posição quase natural para outra, entendendo-se por natural aqui o que resultaria do funcionamento das regras de descendência hegemônicas no contexto social considerado. (OLIVEIRA, 2007, p.77)

[...] a curiosidade pelo povo do qual procede o pequeno Guido se expressa claramente no fato de que a parte Bororo, constituída por cerca de 240 peças, é de longe a mais completa e numerosa da coleção de objetos indígenas de Mato Grosso doado por ela ao Museu Nacional. (OLIVEIRA, 2007. p.86)

As memórias de D. Maria do Carmo foram escritas sob a forma de diário afetivo ou cartas que tinham como interlocutor o Barão de Taunay e por pequenas narrativas cujo centro foram as memórias do Mato Grosso, suas viagens, as pessoas com quem conviveu e o grande amor que desenvolveu pelo menino índio adotado, cuja morte suprimiu da autora a possibilidade de perpetuar a família e de realizar-se plenamente como mãe. Por outro lado, impulsionou a escrita de seu diário/memória carregado de intensa sensibilidade, afeto e sentimentos. Sua escrita parece vir a sanar a dor da perda, a necessidade de perdão e a vontade de perpetuar a existência do filho, sem se dar conta de que a relação entre eles levou à transfiguração do menino índio que passou a incorporar uma nova identidade produzida pela participação e interação com a família que o acolheu.

GUIDO, O MENINO; PIUDUDO (BEIJA-FLOR) O BORORO (1889 - 1892)

Passo então ao momento em que ocorre o encontro destes personagens e às relações que se foram consolidando entre eles. *Piududo*, passa a pertencer à família após um acordo estabelecido entre Maria do Carmo e o cacique *Boroiaga* da tribo dos Bororo, a quem ela pede, pessoalmente, que mandasse um “índiosinho orphão de pais, mas com o cabelo comprido.”¹⁷, a intenção era criá-lo como filho legítimo. D. Maria do Carmo demonstrava firme determinação em receber a criança e inseri-la em seu mundo, seus esforços compreendiam a adequação da criança aos modos de vestir, falar, sentir e perceber o mundo novo que estava a sua volta. Por influência do pai adotivo, que era presidente da província, o menino demonstrou grande simpatia pelos militares, por determinação da mãe começou a ler a história do Brasil e a incorporá-la como se fosse sua própria história.

Mas, em suas pinturas, seu mundo transparecia numa mescla de realidades que ora permeavam a natureza de suas lembranças e memórias das florestas ora o cotidiano vivido com a família adotiva, nas pinturas as matas, os animais e as tribos prevaleciam e

¹⁷ Texto retirado do diário da autora, p.10

mesclavam-se com imagens pertencentes à vida nova que lhe fora oferecida. De certa forma, a transferência compulsória do menino parece que virou tragédia. Foi possível tirar o indiozinho de dentro da floresta, mas não foi possível tirar a floresta de dentro dele. Apesar das boas intenções de D. Maria do Carmo, é possível imaginar a confusão mental que a mudança provocou na criança, a ponto de fazê-la refugiar-se na pintura para reencontrar sua essência, irremediavelmente perdida.

Isso o torna diferente aos olhos da memorialista que, apesar das suas fortes convicções em relação à capacidade da criança, ainda se espantava com as atitudes do menino. *Piududo* desapareceu quando surgiu Guido. Guido surge quando produziu suas pinturas e desenhos.

A adoção de indígenas – seja por meio de apadrinhamentos ou afiliação cumpriu um papel importante no processo de “pacificação” indígena, em meados do século XIX não foi,

[...] apenas uma instituição muito conhecida da sociedade brasileira, mas também um instrumento importante para a análise sociológica. Trata-se de um conjunto de operações sociais pelas quais uma pessoa vem a ser incorporada em outro grupo social que não aquele ao qual pertence em virtude de seu nascimento. Refere-se assim aos procedimentos pelos quais uma pessoa pode ser realocada de uma posição quase natural para outra, entendendo-se por natural aqui o que resultaria do funcionamento das regras de descendência hegemônicas no contexto social considerado. (OLIVEIRA, 2007, p.77)

Adotar era, também, uma forma de dominação utilizada pelas forças coloniais como aponta Oliveira¹⁸ a fim de produzir hábitos considerados adequados e ações corretivas entre as comunidades dominadas que permitissem a inserção dos indígenas no modelo cultural ocidental, da mesma forma a política indigenista adotada pelos presidentes da Província de Mato Grosso, entre 1845 e 1887, atendia as necessidades da ocupação territorial exigida pela Coroa e pelos colonizadores. Muito dos movimentos expansão e dominação territorial foram presenciados e percebidos pela memorialista, porém, como bem aponta Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa*, seu olhar sobre a situação era o olhar

¹⁸ Para Oliveira, a adoção pode ser usada como uma metáfora para pensar o “encontro colonial” em sua dimensão mais individualizadora e cotidiana, referida aos procedimentos pelos quais pessoas de uma sociedade e cultura vêm a ser incorporadas de modo rotineiro e capital às instituições e aos grupos de uma outra sociedade e cultura.

da vivente, que compreendia o momento do seu presente. O que faz de suas memórias uma escrita ainda mais pura.

Ações que tinham como objetivo a incorporação das comunidades indígenas tiveram início com a chegada dos bandeirantes no território mato-grossense e promoveram intencionalmente uma série de lutas entre as tribos Bororo e os demais grupos indígenas locais. Dessa forma, foram desenvolvidas inúmeras estratégias de contato e aproximação com os grupos indígenas, em especial o dos Bororo Coroados, ora pela persuasão, ora pela força ou com brindes.¹⁹ Em 1857, o Imperador sancionou a lei de aldeamento e catequização e em 1859 o decreto nº 2.504, de 16 de novembro, no governo de Joaquim Raimundo Lamare, criou-se a colônia de São Lourenço a qual deveria funcionar como aldeamento para a catequização e a defesa da fronteira brasileira com o Paraguai, cujas relações conflituosas levaram à guerra entre essas duas nações (1864-1870). Em função das crescentes investidas dos Coroados o aldeamento foi abandonado em 1877. Várias foram as expedições e investidas na tentativa de adequar os Coroados à sociedade colonial o que levará ao processo de “pacificação”, não sem conflitos, em 1886. Desse processo participa o Capitão Duarte para quem a memorialista Maria do Carmo, em 1888, pede que seja trazida uma criança indígena para adoção.

Um mez depois, no dia 12 de junho de 1888, entregava-me o capitão Duarte um indiosinho, vestidinho com uma camisinha de chita e umas calcinhas azues.

Tinha os cabellos compridos. (REGO, 1895, p.10)

Nos relatos de D. Maria do Carmo, Piududo (nome do menino índio que é trazido para adoção), já surge como ser transitivo cuja existência definiu-se na relação que ele estabeleceu com sua mãe adotiva e por meio da experimentação com os outros com quem ele se relacionava. Seu nome foi mudado, suas roupas foram trocadas, seus hábitos transformados, mas os cabelos permaneceram compridos. Uma certa

¹⁹- O caso da índia Rosa Bororo, da tribo dos Coroados, aponta nessa direção. Nos relatos de D. Maria do Carmo, ela foi aprisionada em uma das forças expedicionárias que partiu de Cuiabá, levada aos cuidados de uma família e serviu posteriormente de mensageira entre seus tutores e a comunidade a qual pertencia. Uma história conturbada, posto que duas versões distintas surgem em relação à essa personagem, ora como aliada ora como traidora.

necessidade de deixar transparecer o modelo idealizado de exótico e a aparência do bom selvagem.

Aos olhos da memorialista *Piududo* se fez outro, mesmo preso às grades de classificação que faziam dele ainda um menino naturalmente índio e cujas ações e a aparência eram julgadas pelo olhar do colonizador. Na tentativa de integrá-lo ao modelo civilizatório proposto pela família adotiva, foi introduzido nas letras, estudou a História do Brasil e da sua cultura, aprendeu todas as contrições católicas, foi batizado pela princesa D. Izabel, dedicou-se as artes e, por fim, foi encaminhado à escola. “Tudo quanto aquela extraordinária creança fazia era causa de sincera surpresa às pessoas da nossa amizade.” (Rego, p.18) Situações que conflitavam com o discurso científico do século XIX em relação aos índios, suas capacidades e natureza. “O índio é de natural vingativo, confesso; mas naquela ocasião, o pobrezinho não tomava um desforço pessoal, dava demonstração de dedicada amizade a quem tanto o acarinhava.” (REGO, 1895, P.13), justifica a memorialista.

As memórias de D. Maria do Carmo foram escritas em forma de diário ou cartas que tiveram como interlocutor o Visconde de Tunay e por pequenas narrativas cujos centros discursivos foram suas viagens pelo Mato Grosso, a adoção, o vivido com o menino índio, as expedições e as pessoas com quem conviveu. Ainda que esses gêneros sejam passíveis de críticas, por serem realizados em sua maioria por pessoas *comuns*, e tenham sido considerados como uma espécie de “literatura menor”, ou mesmo “*escritas ordinárias*”, como aponta Daniel Fabreix (1993), em *Ècritures ordinaires*, para Perrot (2012), na conjuntura atual, são os relatos das pessoas comuns que, no intuito de preservar a memória, transformam os papéis em relíquias, por meio de seus diários pessoais ou relatos de vida. Entretanto, como advertiu Michelle Perrot:

As correspondências familiares e a literatura ‘pessoal’ (diários íntimos, autobiografias, memórias), embora sejam testemunhos insubstituíveis, nem por isso constituem os documentos ‘verdadeiros’ do privado. Eles obedecem a regras de boas maneiras e de apresentação de uma imagem pessoal que regem a natureza de sua comunicação e o estatuto de sua ficção. (PERROT, 2012, p.10)

Dessa forma, o apreço pela história ou pelas memórias, salvaguardadas por pessoas comuns, firmam-se como escritas importantes para a compreensão de certas práticas culturais e dos modos de ver e de pensar de determinadas sociedades e épocas.

.CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da segunda metade do século XVIII, o diário ou relatos pessoais estabeleceram-se como gêneros literários significativos e, aos poucos, como prática social. Michelle Perrot, (2012) destaca que são as mulheres as principais produtoras dos arquivos familiares, onde se anotavam as cifras da economia familiar e anais do lar. Para a autora, essa prática culminou, posteriormente, nos diários pessoais femininos, que passaram a significar uma prática de escrever sobre si mesmas.²⁰

Maria Tereza Cunha (2012), em texto intitulado *Diários pessoais, territórios abertos para a História*, enfatiza o aumento de estudos feitos a partir de diários pessoais, bem como o destaque oferecido, tanto no campo da História quanto da Literatura, aos trabalhos baseados em documentos escritos na forma de relatos e experiências de vida, diários de viagens ou testemunhos pessoais. Sobre isto, a autora pondera que:

Como ferramenta de uso social, a escrita pode salvar do esquecimento ao fixar no tempo vestígios de passados e, assim, escrever se constitui uma forma de produção de memória e, por conseguinte, em instrumento de construção do passado. (2012, p.252)

Esses gêneros que enfatizam as relações entre a memória e as experiências vividas ou vistas tornam-se relevantes para a compreensão de vários aspectos do cotidiano e têm se destacado pelas análises diversificadas que proporcionam, apontando as possibilidades de reconhecimento de novos paradigmas para a interpretação do passado e do cotidiano, por meio das biografias e narrativas pessoais, sobretudo aquelas registradas em diários pessoais ou memórias.

Ângela Castro Gomes, por sua vez, chama a atenção para o crescente interesse pela escrita (auto) biográfica ao observar o avanço de publicações de caráter biográfico e autobiográfico e por certos “[...] gêneros de escritos – uma escrita de si – que abarca diários, correspondências, biografias, autobiografias, independentes de serem memórias ou entrevistas de história de vida, por exemplo.” (2004, p.3) o que torna esse gênero de escrita uma fonte sugestiva para pensar a relação da sociedade contemporânea com a escrita da memória e da História. Para Paul Ricouer (2007), o que caracteriza as

²⁰ Nora Catelli, 2007, aponta que alguns dos primeiros diários íntimos foram produzidos no início do século XIX, por monjas que deviam registrar seus pensamentos e atitudes para suas superiores.

narrativas pessoais é a valorização dada à memória e ao passado histórico pelo olhar interior, reflexivo e original da consciência, que permite perceber como os indivíduos narram a si próprios e que garante, com a memória, a continuidade temporal da pessoa e de sua existência.

Cunha (2012, p.256) ao comparar os diários de viajantes que proliferam entre os séculos XVIII e os da primeira metade do XIX destaca uma diferença importante entre eles, asseverando que os diários de viajantes do século XVIII não guardavam o mesmo caráter de intimidade dos diários pessoais da segunda metade do século XIX. Para a autora,

Foi na segunda metade do século XIX, período por excelência da afirmação das concepções sobre a esfera privada, que o diário pessoal se estabeleceu como gênero, inicialmente literário, e, aos poucos, se consolidou como prática social e educativa recomendada e adotada essencialmente pelas 'senhoritas', 'mulheres' burguesas e aristocráticas que tinham acesso à alfabetização.

Neste sentido, os textos escritos por viajantes, do século XIX construíam-se de forma mais intimista. A transição dos escritos da esfera pública para a privada determinou, de forma profunda, o apelo e a intencionalidade da escrita e da prática de escrever sobre si e pode funcionar como uma forma de seleção entre o que foi lido, visto e experienciado. Portanto, manter um diário requer um exercício profundo de reflexão e interiorização depositada em um papel que expõe, não sem intenções, o interior, o sensível o imprevisível, o ficcional: “[...] uma prática íntima, o arquivamento do eu muitas vezes tem a função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte”. (Artières, 1998, p.32), derivando disso a possibilidade ou a conveniência de ficcioná-la.

Ângela Domingues, (2008), pesquisadora do Instituto de Investigação Científica Tropical, de Portugal, em artigo sobre relatos de viajantes ingleses, considera que o Brasil ficou conhecido pelos europeus dos Setecentos, devido aos diários de viagens, mapas e cartas produzidos por viajantes que relatavam suas experiências a partir da observação direta dos espaços. Muitas das viagens resultaram em diários pessoais e testemunhos textuais ou cartográficos repletos de informações que condicionaram a

forma como os conhecimentos e as percepções pessoais sobre Brasil foram interpretadas e registradas. Domingues parte do pressuposto de que:[...] a formação, informação e interesse dos viajantes determinaram o que estes viram e o que lhes interessava, condicionando ainda a forma como descreveram ou representaram esses conhecimentos. (2008, p.3)

Cunha, dessa forma, posiciona-se enfatizando que trabalhar com diários pessoais exige do pesquisador um exercício interpretativo diferenciado, relativista das fontes e considerar as informações contidas nos diários indícios sucessivos do passado, pistas para a compreensão da vida cotidiana. No entanto, isso não torna o trabalho com diários pessoais menos importante posto que,

“[...] hoje a dimensão de fontes históricas dos diários pessoais constitui-se em ação para dotar de significado esses documentos que foram durante muito tempo desconsiderados por historiadores envolvidos com modalidades de História “racional”, ditas científicas, não emotivas, inauguradas pela modernidade.” (2012, p.252)

O valor dessa maneira de observar e relatar experiências está no fato de que, conforme Corbin (2012), quem relatava em diários o fazia sem consciência ou ambições literárias, ou mesmo – contribui Clifford Geertz – sem pretensões etnográficas em grande escala, valorizando as mesmas grandes realidades apresentadas pelas demais ciências sociais, em conjunturas mais obscuras e diminutas, o que permite observar que “fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas [...] por que eles são levados a isso”. (Geertz, 2008, p.17). Miriam L. M. Leite (2000), coordenadora do projeto “Imagem em Foco”, do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo), apresenta em suas pesquisas uma lista de mulheres que se permitiram escrever e registrar o que viram. A autora salienta que o reconhecimento ou a profissionalização da escrita feminina dependia de uma classificação que em grande parte assumia regras estabelecidas e indicadas pelo universo masculino.

Essas indicações sobre a profissionalização dos cientistas através do Século XIX sugeriu a tentativa de classificação das mulheres viajantes em amadoras e profissionais, já que todas elas faziam coleções de plantas, animais, conchas ou pedras, mas, dadas as suas contribuições sobre família, compadrio, maternidade, infância, conventos e recolhimentos, trabalho, condições de diferenciação, relações entre grupos étnicos e nacionais, descrições de cerimônias, festas, costumes funerários e religião, podem ser consideradas como antropólogas iniciantes. (LEITE, 2000, p.137)

Leite, em seu artigo “Mulheres viajantes no século XIX” (*Cadernos Pagu*, 15, 2000: pp.129-143), aponta que apesar dos livros destas mulheres viajantes terem sido

[...] escritos sob as formas de correspondência à família ou amigos, de diários ou ainda como narrativas breves. Nunca chegaram a ter o volume dos viajantes, com cinco e até mais volumes, principalmente nos casos das viagens de circunavegação. A maioria delas não tinha a intenção de ser publicada. A publicação foi feita por descendentes, após a morte da autora.

Não obstante, essas mulheres deixaram registradas as impressões das viagens, os movimentos das pessoas e o contato com o *outro*. Para Vygotsk (1998), é através desse contato com o outro que o eu se constitui e apreende. Dessa forma, compreende-se que os relatos de viagens guardam em si os caminhos pelos quais seus narradores se constituíram. Em síntese, é possível considerar que os estudos que trataram da produção de diários pessoais ou relatos de viagens pouco se debruçaram sobre os escritos femininos relacionados a experiências pessoais de viagens, transformando-os em objetos privilegiados de estudo. No Brasil, Miriam Lifchitz Moreira Leite e Mônica Raisa Schpun dedicaram estudos nesse sentido, porém o foco era o campo da História da Arte. França (2008), por sua vez, quando apresenta as mulheres viajantes do século XIX no Brasil – Jemina Kindersley, Elizabeth Macquarie e Rose Freycinet – enfatiza as impressões femininas e não as minúcias da escrita feminina. Percebe-se que mesmo aqueles que se interessavam pelos diários pessoais das mulheres viajantes fizeram da vida pessoal dessas mulheres temas mais interessantes do que seus escritos e impressões sobre o cotidiano, o visto e o vivido.

Alain Corbin, no que se refere ao valor histórico atribuído a essas fontes e o interesse dedicado pela historiografia a esse tipo de material – diários pessoais ou memórias – aponta que “muitos indícios, porém, induzem a pensar que o diário íntimo é contraponto de muitas vidas privadas”. (2012, p.430). Bakhtin, nesse sentido, aponta que um diário é sim um documento de análise histórica, cuja elaboração requer “decisões conjuntas”, o que significa que uma produção textual nunca é algo que se faça isoladamente na medida em que sempre se dirige a alguém que, por se colocar em relação a esse texto mesmo que em uma posição de simples escuta ou leitura, interfere no modo como o texto é produzido. Maria do Carmo por mais que tenha escrito seu diário para “desabafar” ou registrar suas alegrias, suas tristezas ou memórias, ela escreveu sim para

alguém, ou seja, para ela mesma, para a posteridade ou para alguém que um dia poderá achá-lo e lê-lo!

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda a compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz; o ouvinte torna-se locutor. (BAKHTIN, p.291, 1992)

A partir dessas considerações, este artigo visou a apresentar os diários pessoais, as memórias e os relatos de viagens de D. Maria do Carmo como matrizes teórico-metodológicas significativas para a compreensão dos discursos produzidos em relação às práticas culturais, aos modos de ver e de pensar o cotidiano, a cultura, a sociedade e seus movimentos e que, sobretudo, deixaram marcas de um modo subjetivo e particular de ser, de compreender e de dar existência e sentido aos personagens e seus escritores. Maria do Carmo, em seu diário encontrou um espaço confidencial, reflexivo e sentimental. Fez das suas memórias uma escrita comprometida com suas convicções e retratou suas experiências de forma única permitindo-se expor suas intimidades, sentimentos, pensamentos e lutas. O que permitiu à Maria do Carmo escrever suas memórias foi sua própria condição social e os contatos e as relações que esse meio externo lhe proporcionou de qualquer forma seus questionamentos em relação à condição indígena ora mostrava-se ingênua ora comprometida com a época. Sua escrita apresenta-se carregada pela influência do romantismo, dada a proximidade com o Visconde de Taunay, e seus conhecimentos em relação às comunidades indígenas.

Dessa forma, entende-se que o ser não é uma figura fixa, constrói-se em sua existência ou na experimentação que vivencia no mundo, um devir composto por formas distintas de aparecer é, portanto, uma construção da linguagem e muitas vezes está preso em grades de classificações que permitem sua existência ou morte. Cada um, a seu modo, tentou registrar suas memórias, D. Maria do Carmo na escrita e Guido na pintura, porém na tentativa de apresentar suas existências, nesse caminho, buscaram definir-se e construir-se enquanto sujeitos.

BIBLIOGRAFIA



ARTIÈRES, P. *Arquivar a própria Vida. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BOSI, ECLÉA. *Memória e Sociedade: lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CORBIN, A in: PERROT, M. (Org.) *A História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. (Coleção A História da Vida Privada, v.4) São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

CUNHA, T.C. in: PINSKY C.B., LUCA T.R (Orgs). *Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

DOMINGUES, A. O Brasil nos Relatos de Viajantes Ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. In: *Rev. Bras. Hist.* vol.28, n.55. São Paulo, Jan./June 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882008000100007>

FROISIL, M. in: Chartier. *História da Vida Privada: renascimento aos séculos das luzes*, São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

FOUCAULT, M. *Estética, Sexualidade e Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GUINZBURG, C. *O queijo e os vermes, o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Schwarcz LTDA, 2009.

JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de Espana, 2002.

KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

LEITE, M.L.M. Mulheres Viajantes no Século XIX. In: *Cadernos Pagu (15)*: Campinas 2000. pp.129-143.



MALUF, M. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Tempo* [online]. 2007, v. 12, n. 23, p. 73-99. ISSN 1413-7704. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a06.pdf e www.historia.uff.br/tempo/. Data de acesso: março de 2011.

PERROT, M. (Org.) *A História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. (Coleção A História da Vida Privada, v.4) São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

REGO, M.C.M. *Guido (páginas de dor)*, Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1895.

_____. *Lembranças de Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1895.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 2007.

RIEDEL, D. C. (Org.). *Narrativa, ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

TONIAZZO, C. L. *Lembranças de Mato Grosso sob um Olhar Feminino: um estudo filológico*. - Dissertação. Mato Grosso: UFMG. 2011.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VEL ZOLADZ, R.W. *O Impressionismo de Guido: um menino índio Bororo*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1990.